

O CAMPO E A CIDADE?

THE COUNTRY AND THE CITY?

Vera Lúcia G. Silva RODRIGUES¹

RESUMO

Artigo aborda as alterações das relações entre o campo e a cidade. Inicia mostrando que nem sempre indústria e agricultura estiveram separados. A seguir detalha como esta separação ocorre, tendo como referência o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura. Finalmente, trata da reunificação campo/cidade no período recente, agora num novo patamar.

Palavras-chave: *relação campo-cidade, modernização da agricultura, industrialização da agricultura, novo rural.*

ABSTRACT

The present article deals with changes in country-city relations. It starts showing that industry and agriculture has not always been separated. It then details how this division occurs, considering the capitalist development of agriculture process. Finally, it analyses the country-city reunification in recent period.

Keywords: *city-country-relations, agriculture modernization, agriculture industrialization, new rural*

INTRODUÇÃO

Não há dúvida que estamos habituados a pensar campo e cidade como coisas distintas. Entretanto, é correto afirmar que esta realidade vem se alterando profundamente nas últimas décadas. É neste sentido que podemos indagar se a agricultura e a indústria são hoje realidades tão separadas como eram nos tempos dos nossos avós.

O objetivo aqui é mostrar que embora sejam diferentes, agricultura e indústria, campo e cidade, são hoje realidades tão interligadas que não podem ser percebidas de forma dualista, como se uma nada tivesse a ver com a outra. Ao contrário, aquilo que chamamos de mundo rural hoje não tem nada a ver com aquela imagem do Jeca Tatu atrasado, preguiçoso e sem contato algum com a cidade. O rural é um novo rural,

⁽¹⁾ Doutora em Sociologia pela USP e professora do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da PUC-Campinas
E-mail: vera@bitline.com.br.

com um grande dinamismo e estreitos vínculos com o urbano.

Mais que isto, este novo quadro das relações campo-cidade só se torna inteligível se voltarmos no tempo e relembrarmos um pouco da história das relações da agricultura com a indústria.

Um primeiro ponto a ser destacado é que a agricultura e a indústria nem sempre estiveram separadas. Na verdade, esta separação só ocorre num período relativamente recente. Não é demais lembrar que o camponês executava os mais diversos tipos de trabalho. Ao mesmo tempo que plantava e cuidava das culturas, processava seus alimentos e produzia também grande parte dos utensílios domésticos que utilizava. Era assim que utilizava o seu tempo quando não estava ocupado nas lavouras, como no período do inverno. Neste sentido, além de agricultor era também um artesão. O artesanato doméstico complementava as atividades da família camponesa.

Pode parecer estranho, mas a separação cidade/campo só se deu num período relativamente recente, com o desenvolvimento capitalista da agricultura.

Tomemos como exemplo as fazendas de café. Dentro delas produziam-se não só o café - uma mercadoria agrícola para exportação - mas grande parte daquilo que era necessário para produzi-lo: manufaturas, equipamentos para transporte e até habitação. Afinal, os trabalhadores rurais não moravam no próprio local de trabalho, ou seja, na fazenda? Assim, dentro da própria fazenda estavam o carpinteiro, o pedreiro, o mecânico, o seleiro.

O que existia, portanto, eram os complexos rurais, onde a produção agrícola ocupava parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais, mão de obra escrava e bens de capital), sendo a outra parte destinada à produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção.

As perguntas que se seguem são: o que mudou? Por que mudou?

A MODERNIZAÇÃO E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Em poucas palavras: aos poucos este complexo rural vai perdendo a auto-suficiência que era a sua característica.

O principal produto agrícola que o Brasil produzia e exportava era o café. É o próprio complexo cafeeiro, principalmente paulista, que vai gerar uma grande demanda urbana. Ele mesmo acaba criando a necessidade de atividades complementares, agora fora da fazenda: bancos, estradas de ferro e fábricas têxteis para a produção dos sacos de juta.

É importante destacar que isto só aconteceu porque duas coisas coincidiram. De um lado havia disponibilidade de recursos excedentes, gerados pelo próprio café; de outro, novas possibilidades de inversão destes recursos.

Resumindo, a maior complexidade das atividades "não - agrícolas" engendradas no interior do complexo cafeeiro paulista tornou inviável que sua demanda pudesse continuar sendo satisfeita no interior das próprias fazendas. O resultado foi um aprofundamento da divisão do trabalho, passando as cidades a serem responsáveis por estas novas atividades.

Em outras palavras, à medida que o capitalismo vai se expandindo, campo e cidade vão se separando, isto é, passam a realizar atividades distintas, dentro de uma divisão do trabalho mais definida.

Do ponto de vista dos trabalhadores, a consequência mais importante foi a proletarianização do camponês, que se tornou um trabalhador exclusivamente agrícola. Ele deixa de ser proprietário de terras e passa a vender sua força de trabalho para os grandes. Colocado desta maneira, parece que estas mudanças no complexo rural foram tranquilas e rápidas. Na verdade este foi um processo longo que se iniciou em meados do século XIX e só terminou um século depois.

Foi principalmente um processo bastante sofrido. Tanto é que vários autores têm chamado o processo de modernização da nossa agricultura de modernização dolorosa.

Um marco importante nesta história foi o processo de modernização da agricultura a partir da Segunda Guerra Mundial. Ele significou uma transformação na base técnica da produção agropecuária através da utilização de tratores e fertilizantes cujo objetivo era naturalmente um aumento de produtividade.

Não é difícil imaginar que a modernização da agricultura tornou o processo de produção nas fazendas mais complexo: agora é necessário realizar compras industriais – adubos, fertilizantes, etc.- para poder produzir mercadorias agrícolas.

A transformação das matérias- primas se separa da agricultura e formam-se ramos industriais, cujas mercadorias são trocadas por produtos agrícolas.

Por exemplo : antes um colono lá no sul do Brasil produzia a uva e ele mesmo a transformava em vinho. Aos poucos porém as indústrias vinícolas vão se instalando e o que acontece? Os colonos passam a fornecer uvas para estas indústrias, deixando de fabricar o vinho. Agora sim este camponês transformou-se num agricultor puro e simplesmente. Rompem-se os laços que uniam agricultura e manufatura/ indústria. A indústria que estava no campo vai para a cidade.

Para esta idéia da modernização da agricultura não ficar tão abstrata vamos a alguns números. Entre 1967 e 1975, a utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores quase três vezes.

A modernização da agricultura significou, sob outro aspecto, que o processo de produção tornou-se mais passível de controle, menos dependente da natureza. Assim, na falta de chuva pode-se irrigar, quando o solo está ruim acrescenta-se nutrientes e outros produtos que melhoram sua qualidade.

Portanto, embora sem o nível de controle existente no processo de produção industrial, a agricultura aproximou-se muito dele neste sentido.

Em resumo, se é verdade que os complexos rurais duraram bastante, eles não permaneceram

exclusivamente rurais indefinidamente. É neste sentido que podemos falar que foram substituídos pelos complexos agro-industriais. Aos poucos a agricultura e a indústria vão se reunificando novamente em torno destes novos aglomerados.

Eles surgem na década de setenta e significam uma nova reintegração da agricultura com a indústria. Só que agora sob uma nova forma . A agricultura passa a se integrar verticalmente com a indústria.

No período recente, principalmente após meados da década de sessenta, mais que se modernizar, a agricultura se industrializa. Sem muita complicação, isto quer dizer que agora a dinâmica que move a agricultura não é mais dada por ela mesma, mas pela própria indústria. Pode-se dizer que a agricultura deixa de existir enquanto setor autônomo. A acumulação industrial passa a comandar o ritmo e o modo de produzir da agricultura.

Imagine um pequeno produtor de tomates que fornece seu produto para a Cica. É a indústria, no caso a Cica, quem determina a variedade de tomate que ele tem que plantar, os insumos que ele deve utilizar, a quantidade a ser fornecida em cada época, etc. O mesmo acontece com o avicultor que fornece frangos para a Sadia. É ela quem fornece todas as especificações para o criador, inclusive a ração que vai utilizar. Da Sadia, é claro!

O que estamos enfatizando é que os complexos agro-industriais promovem uma dupla integração da agricultura com a indústria. De um lado, a agricultura compra adubos, defensivos, máquinas, etc. da indústria para poder produzir; de outro, a agricultura vende seus produtos para serem processados pela indústria.

Um exemplo de complexo agro-industrial já bastante completo é o citrícola. Nele estão integrados desde o pequeno citricultor até as grandes indústrias de suco de laranja que comercializam o suco concentrado no exterior.

É importante ressaltar que os complexos agro-industriais têm hoje uma importância que vai além do seu significado econômico. Eles estão servindo como aglutinadores dos interesses

daqueles que estão neles envolvidos. De alguma forma são eles que estão organizando os interesses destes personagens que surgem com a nova dinâmica da agricultura brasileira. Lá estão agricultores, empresários, comerciantes, os responsáveis pela pesquisa no setor, etc. É aí que estas diferentes forças se confrontam e se aliam, com a presença mais ou menos forte do Estado.

Resumindo, além de serem importantes do ponto de vista econômico, os complexos agro-industriais são hoje fundamentais para organizar os interesses em cada setor específico. Afinal, hoje não podemos falar mais de agricultura em geral. O complexo citrícola tem interesses diferentes do complexo sucroalcooleiro que por sua vez tem interesses distintos daqueles do complexo papel-celulose, e assim por diante.

Esta ênfase na modernização e industrialização da agricultura nos leva a uma outra indagação: será que não é correto afirmar que a agricultura é um setor "atrasado" e a indústria por sua vez um setor "moderno"?

Para refletirmos juntos um pouco sobre esta pergunta é necessário esclarecer alguns pontos sobre o papel da agricultura no processo de industrialização.

Primeiro ponto: não é porque a agricultura se modernizou que esta modernização não tenha sido extremamente conservadora. Parece contraditório, não é? Entretanto, a distribuição da posse da terra no Brasil é extremamente desigual. Poucos detêm uma grande quantidade de terra enquanto muitos não possuem terra suficiente. A modernização da agricultura mantém esta situação de desigualdade anterior. Mais do que isto, ela agrava esta desigualdade à medida que as grandes propriedades são privilegiadas por possuírem maiores condições de implementação: terra para dar como garantia, fazendas com uma área suficiente grande para poder utilizar esta tecnologia, por exemplo.

Resumindo, com a modernização, as propriedades tenderam a ficar cada vez maiores, agravando a questão fundiária.

A modernização da nossa agricultura foi conservadora também à medida que se limitou a algumas culturas específicas. Ficou limitada

principalmente às culturas destinadas à exportação, chamadas de "modernas".

Ficou restrita ainda a algumas regiões. Neste sentido podemos dizer que a modernização da nossa agricultura, além de conservadora foi parcial. Não atingiu o conjunto de culturas, nem todas as regiões.

Isto sem contar que foi em grande medida sustentada pelo crédito rural subsidiado. E este crédito farto e barato ficou concentrado nas grandes fazendas.

Do ponto de vista do trabalhador, a modernização da agricultura significou a criação de formas cada vez mais precárias de acesso à terra: parceiros, meeiros.

O resultado final é bastante conhecido. São os "bóias-frias", que trabalham nas colheitas dos principais produtos agrícolas e moram nas cidades. Eles surgem já em meados dos anos 70 e como já não possuem terras, estão disponíveis para qualquer tipo de serviço. Assim, quando não estão realizando tarefas agrícolas trabalham como pedreiros, jardineiros, etc. O que todas estas tarefas têm em comum é exigir pouca qualificação.

O "bóia-fria" nos faz lembrar de um outro aspecto da parcialidade da modernização da nossa agricultura; ela não ocorreu no processo produtivo inteiro, ou seja, do seu início até o fim.

Para entender este último aspecto da nossa modernização parcial é só lembrar o que acontece com a cana, com a laranja, ou com o café. No seu cultivo nós usamos técnicas modernas para o plantio, tratamentos culturais, usamos adubos e defensivos. Ou seja, tudo muito moderno e voltado para poupar mão-de-obra. Mas na hora de colher, em grande medida ainda usamos o trabalho do volante. Apenas recentemente é que as colheitadeiras estão sendo utilizadas em maior escala, após um longo processo de testes e adaptações.

Modernizaçãozinha complicada esta da nossa agricultura, não?

De qualquer forma, é interessante prosseguirmos a discussão sobre a relação campo/cidade, agricultura/indústria, aprofundando

um outro ponto: a agricultura tem sido um obstáculo para o processo de industrialização?

Na verdade, durante muito tempo acreditou-se que sim. A agricultura não forneceria uma oferta de alimentos adequada e nem um mercado interno para o consumo de bens industriais.

Hoje já está claro que embora a modernização da agricultura tenha sido conservadora como vimos acima, isto não impediu a agricultura de cumprir seu papel na industrialização do País. Vejamos: no período 1967-75 a taxa média de crescimento da produção agrícola foi de 4.7% ao ano, mais que suficiente para atender o crescimento da demanda.

Com relação ao fornecimento de mão de obra, não há dúvidas de que ainda existem na agricultura muitos trabalhadores que mantêm algum vínculo com a terra. Mas isto não significa que eles não estejam disponíveis para trabalhar nas grandes fazendas, nas usinas, nas indústrias. Ou seja, mesmo aqueles que não são “bóias-frias” e ainda têm um pedaço de terra são trabalhadores que já estão vinculados ao trabalho nas empresas capitalistas. Além dos exemplos já mencionados dos pequenos proprietários vinculados à Cica ou à Sadia, podemos citar o grande número de pequenos proprietários do Vale do Jequitinhonha, na divisa de Minas Gerais com São Paulo, que trabalham nas usinas de açúcar paulistas no período da safra. Decididamente a agricultura tem cumprido a sua “missão” de fornecer mão-de-obra para a indústria.

Não é portanto exagero afirmar que o problema da nossa modernização conservadora e parcial não foi impedir o desenvolvimento da indústria, mas sim manter e mesmo aumentar as desigualdades. Para que alguns se modernizassem muitos foram excluídos. Não tiveram a chance de participar do processo e de se vincular aos complexos agro-industriais.

De qualquer forma, quando se quer refletir sobre a questão da agricultura “atrasada” em oposição à indústria “moderna”, é preciso ressaltar uma coisa que talvez não tenha ficado bem clara. Além de se modernizar, dolorosamente, nossa agricultura se “industrializou” num período mais recente.

Isto significa que a agricultura passa a fazer parte de toda uma cadeia produtiva, deixando por completo aquela imagem da fazenda auto-suficiente. A dinâmica agrícola do período recente não pode mais ser apreendida só a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira agrícola) e nem a partir da segmentação do mercado interno versus externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para a agricultura e da agricultura para a agroindústria (Graziano da Silva, 1996:26).

Este processo, que podemos visualizar de forma mais acabada nos complexos agro-industriais já mencionados, significa que no final a integração entre os capitais da agricultura e da indústria é tão forte que eles circulam entre estes dois setores.

Alguns exemplos: seis das maiores empresas nacionais em 1985 eram também grandes proprietárias de terras; considerando os maiores proprietários rurais em cada estado do país, destacam-se várias empresas industriais, financeiras e comerciais; duas das dez primeiras empresas estrangeiras no país (com atividades na metalurgia e na química) controlam grandes extensões de terra, principalmente no pólo urbano-industrial do Centro-Sul.

Resumindo, longe de atrapalhar, a agricultura foi cada vez mais se reintegrando à indústria, a ponto de que sua dinâmica hoje é dada pela própria indústria.

Em outras palavras, a agricultura se torna um ramo da própria indústria. Não pode mais ser considerada um setor autônomo, com mercado de trabalho e equilíbrio interno próprios. Ao contrário, integrou-se no restante da economia de tal forma que não pode mais ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos (Graziano da Silva, 1999:1). No próximo item enfatizaremos as conseqüências destas mudanças.

O NOVO RURAL

De maneira geral a grande conseqüência das mudanças anteriormente mencionadas,

aquela que se torna inclusive cada vez mais visível, é a criação daquilo que tem sido chamado de um novo rural.

O importante aqui para caracterizarmos este novo rural é que, quando analisamos hoje o meio rural, já não podemos pensar apenas nas atividades agropecuárias e agro-industriais. Novas atividades rurais surgem dando ao campo funções que ele não tinha anteriormente. Vejamos a coisa mais de perto.

O novo rural é composto fundamentalmente por quatro subconjuntos (Graziano da Silva, 1999: IX).

O primeiro deles, é uma agropecuária moderna, estreitamente vinculada às agroindústrias formando os complexos agroindustriais.

Em segundo lugar, um conjunto de atividades de subsistência, que ao contrário do primeiro é bastante rudimentar. Aí se encontram aqueles que foram excluídos pelo processo de modernização dolorosa, conservadora e parcial da nossa agricultura anteriormente mencionada. Aí estão todos os “sem-sem”: trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, ou seja, sem nada.

Em terceiro lugar, um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas ao lazer, à moradia e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.

Para ficar mais claro, estas atividades não agrícolas são atividades que embora ainda sejam realizadas no meio rural não dizem mais respeito ao cultivo de produtos agrícolas, ou seja, às atividades de plantar e colher no seu sentido restrito.

Podemos dar vários exemplos deste tipo de atividade. Os escritórios das fazendas, usinas, fábricas de suco de laranja são hoje informatizados. Isto significa que lá podemos encontrar além dos trabalhadores rurais propriamente ditos, as secretárias, os digitadores, os programadores de sistema, técnicos de vários tipos. Isto sem contar os pedreiros, carpinteiros e motoristas.

Na área do lazer e turismo um bom exemplo são os “pesque pague”. Eles existem em grande

número e têm sido freqüentados por uma população ávida por um lazer mais próximo da natureza. Os anúncios nas beiras das estradas do nosso interior indicam que estão proliferando. Não é demais lembrar que têm gerado uma grande quantidade de empregos não agrícolas: os fornecedores dos alevinos, de material para pesca, a cozinheira do restaurante, os responsáveis pela construção dos tanques, pelo estacionamento, etc.

Outro exemplo: vários proprietários em Bonito, Mato Grosso do Sul, aproveitaram as belas cachoeiras e rios de suas fazendas e transformaram-nas em atrações turísticas. O espaço rural se transforma e muitas atividades não agrícolas são geradas também: guias turísticos, donos de pousadas e hotéis.

Ainda com relação ao lazer e turismo e à expansão das atividades de comércio e serviços para o meio rural não podemos esquecer os complexos hípicas, os leilões e exposições agropecuárias e as festas de rodeio. Estas atividades do “negócio country”, como tem sido chamado, movimentam bilhões de dólares. Calcula-se que só a festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, movimentam anualmente cerca de US\$ 120 milhões, mais do que é movimentado pelo carnaval carioca.

Finalmente, temos formando este novo rural um conjunto de “novas” atividades agropecuárias mais intensivas, voltadas para um mercado menor e mais sofisticado. Aí podemos incluir a criação de aves nobres e exóticas (faisões, perdizes, codornas, avestruzes), abelhas, canários, rãs, capivaras, etc.

Podemos incluir também entre as “novas” atividades a floricultura e mudas de plantas ornamentais, o cultivo de cogumelo e a produção orgânica de ervas medicinais, estimulada pela própria indústria farmacêutica.

Na verdade, grande parte destas atividades já existiam; por isto é que estamos colocando as aspás no termo “novas”. A diferença é que elas agora adquirem uma importância econômica que não tinham, já que eram consideradas atividades secundárias, ou mesmo *hobbies*.

Um outro aspecto para entendermos este novo rural é que as pessoas e principalmente as famílias do meio rural estão tendendo a ser

pluriativas. Isto significa que combinam atividades agrícolas com ocupações fora da agricultura.

A idéia de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários ou não, tanto dentro como fora da propriedade agropecuária. Ou seja, quando falamos em pluriatividade estamos considerando todas as atividades exercidas pelos membros da família, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizados dentro e/ou fora das fazendas (Del Grossi e Graziano da Silva, 1998;26).

A presença cada vez maior da pluriatividade no meio rural deixa claro que a agricultura tende a se tornar uma atividade parcial. Ela absorve apenas parte do tempo do trabalho da família que, principalmente devido ao processo de mecanização, libera parte de seus membros para exercerem atividades não agrícolas. Atividades estas que, aliás, geralmente são melhor remuneradas, proporcionando um aumento da renda familiar.

Observa-se, então, que o mercado de trabalho passa a ser relativamente indiferenciado, combinando desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.).

É interessante ressaltar que do ponto de vista social e profissional esta indiferenciação do mercado de trabalho cria personagens difíceis de serem classificados. Em algumas situações, além de alternarem atividades agrícolas e não agrícolas, são, ao mesmo tempo, empregados e trabalhadores por conta própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, é importante fazer uma última pergunta que está incomodando muita gente atualmente. Afinal, o rural desapareceu? Não existe mais diferença entre campo e cidade?

É bem verdade que o
*ritmo das mudanças nas relações
sociais e de trabalho no campo*

*transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. No entanto, tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um **continuum** dominado pela cena urbana* (Carneiro, 1998;53).

Em outras palavras, se temos certeza de que o desenvolvimento do capitalismo no campo trouxe consigo uma série de mudanças que justifica se falar em um novo rural, cujo espaço não se define mais pela atividade agrícola apenas, não existe esta mesma certeza com relação ao que persiste de rural no mundo de hoje.

Para alguns,

o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo (Ianni,1997:60).

Para outros, ao contrário,

as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura- não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefine, sem anular, as questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na

sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local etc. (Wanderley, 1997:2).

Resumindo, muita pesquisa ainda tem que ser feita para termos mais clareza sobre o que ainda é rural no mundo moderno. É preciso admitir que novas identidades e novos modos de vida estão sendo construídos a partir desta nova realidade onde o rural e o urbano encontram-se reunificados num novo patamar. É pertinente continuar indagando onde pode estar a especificidade do espaço rural e de formas de produção e de vida no meio rural num contexto de “desruralização”. Afinal, o rural e o urbano, longe de se constituírem pólos opostos, guardam especificidades, que não se anulam e que se expressam política e culturalmente (Wanderley, 1997:1).

É neste sentido que se torna importante discutir a questão da ruralidade, enfatizando como as mudanças no meio rural brasileiro relacionam-se com práticas sociais que possam reforçar ou enfraquecer identidades rurais. Em outras palavras, é importante continuar investigando como as transformações de uso da terra, mão-de-obra e geração de recursos

relacionam-se com a construção de novas identidades. Identidades que hoje sabemos não serem rígidas ou imutáveis, estando num constante processo de construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.2, p.53-75, 1998.
- DELGROSSI, M.E., e SILVA, J.F. Graziano. A pluralidade na agropecuária brasileira em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.2, p.26-37, 1998.
- IANNI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 1997.
- SILVA, J. F. Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, J.F. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, UNICAMP/IE, 1996.
- SILVA, J.F. Graziano. *O novo rural brasileiro*, Coleção Pesquisa, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1999.
- WANDERLEY, M. N. Baudel *O lugar dos rurais no Brasil moderno*. In: Encontro Anual da ANPOCS, 21, Caxambú, 1997.